

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O TELEJORNAL: SURDOS, *CLOSED CAPTION* E INTÉRPRETE DA LIBRAS

Jobson Luz dos Santos¹

Unit – jobsonluz@hotmail.com

Jaqueline Neves Moreira²

Unit – jaquelineves@gmail.com

Eixo Temático: Tecnologia, Mídia e Educação

Resumo

O presente artigo aborda a problemática vivida pelos surdos a partir da sua relação com a televisão. Neste trabalho são retratados temas como a inclusão e a integração a partir da educação especial como formas de inserção do surdo na sociedade, a informação como ferramenta para o crescimento intelectual do cidadão do surdo, a importância do telejornalismo e a informação na TV com o Jornal Nacional (Rede Globo) e o Jornal Visual (TV Brasil), a evolução tecnológica em benefício do surdo, as diferenças entre o português falado pelo ouvinte e pelo surdo, o *closed caption* (legenda oculta) e o intérprete da Libras com suas importâncias para o deficiente auditivo. Por fim, mostra através do resultado de pesquisa realizada no Ipaese, as deficiências e as possíveis soluções para que o surdo tenha maior acesso a informação televisiva podendo assim usufruir os seus direitos de cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos; Educação Especial; Telejornalismo

Abstract

This article assumed the problems experienced by deaf people from their relationship with television. This work examines themes of inclusion and integration to come from especial education as ways of insertion of the deaf in society, the information on TV with the Jornal Nacional (Rede Globo) and the Jornal Visual (TV Brasil), technological developments for the benefit of the deaf, the differences between the portuguese spoken by the listener and the deaf, the closed caption and interpret of the Libras for the hearing impaired. Finally, this article show, through the result of a research conducted in the Ipaese, the shortcomings and the solutions to the person who does not listen, to start to have greater access to television information becoming an ordinary citizen like all the others.

¹ Estudante de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Tiradentes – Unit; jobsonluz@hotmail.com

² Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; professora da Universidade Tiradentes - Unit; jaquelineves@gmail.com

KEYWORDS: Deaf; Especial Education; TV Journalism

Introdução

Um dos temas mais debatidos na sociedade atual é a inclusão. No entanto, se faz necessário antes da inclusão falar da integração. E para por em prática esse acesso é necessário que se faça referência aos deficientes auditivos, os surdos, que geralmente fazem parte de um público excluído social e intelectualmente.

Este artigo mostra a problemática vivida pelo surdo a partir da sua relação com a informação do telejornalismo e a educação especial. O estudo toma como base uma pesquisa realizada no Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe – Ipaese, que tem como objetivo observar a maneira como os surdos entendem o conteúdo veiculado, o que está sendo transmitido e interpretado através do *closed caption*, assim como também do intérprete da Libras. A composição deste artigo envolve pesquisa bibliográfica, em livros, sítios da internet, além de jornais impressos e revistas, visando melhor entendimento sobre a cultura, a história, e as necessidades da população que apresenta a deficiência auditiva.

É fato que esse público, por não encontrar uma sociedade preparada para respeitar as diferenças, acaba excluída do contexto social e é tachada de “incapaz” para o desenvolvimento de uma vida ativa, ficando à margem. Por isso, este trabalho baseia-se no conceito de inclusão social que atualmente vem sendo empregado por alguns autores da literatura sobre o tema. Inclusão no sentido de aceitar as diferenças, respeitá-las e deixar que sejam motivos para a união a fim de se formar uma única sociedade, reconhecendo as necessidades de cada um dos seus integrantes, principalmente pela educação que é um direito de todos os cidadãos.

Para melhor entendimento do artigo, achou-se por bem dividi-lo em tópicos que assuntam conceitos de surdez, surdo e deficiência auditiva, o processo discriminatório com os que possuem a surdez, as lentas mudanças na educação especial, mostra também um breve relato do Ipaese, entre outros assuntos, culminando na relação dos surdos sergipanos com o telejornalismo.

A audição e a Surdez

A audição é um sentido fundamental nas pessoas. É o meio por onde as informações externas são recebidas. O surdo por sua vez não obtém a informação auditiva da mesma maneira que um ouvinte. Para entender um pouco mais esse assunto se faz necessário definir os termos Surdez e Surdo.

- Surdez: Caracteriza a deficiência da audição apresentada por certos indivíduos. O minidicionário Aurélio (2001) define surdez como enfraquecimento ou abolição do sentido da audição.
- Surdo: De acordo com o dicionário Melhoramentos (1997) o ser surdo é aquele que não ouve ou que ouve pouco.

Outro termo bastante usado para se referir aos que não ouvem é Deficiência Auditiva que é definida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) como perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Além disso, se manifesta como surdez leve/moderada e surdez severa/profunda.

Ao que se sabe não existem dados concretos sobre os diagnósticos de, pelo menos, um terço da população surda. As causas podem ser hereditárias ou congênitas, ou seja, podem ser ou não de origem genética e se igualam ao efeito da surdez profunda, quando desenvolvidas na infância.

De acordo com Lima (2006), os níveis/ graus da surdez têm a sua definição em relação à faixa de decibéis (dB)³. A autora afirma que é muito difícil encontrar alguém com surdez profunda e que pode haver divergências entre os dois ouvidos, quando se fala do grau de audição residual. Lima escreve também que a classificação da surdez se dá conforme a área do ouvido onde a deficiência é apresentada. Com isso, pode-se conceituar três tipos de surdez: a Neurosensorial, provocada por problemas no nervo auditivo, cóclea, ouvido interno e que geralmente é de difícil tratamento; surdez de Condução, que leva o som de fora para o

³Decibel (dB): é a unidade utilizada para medir intervalo de potência, é igual a 1/10 do bel. Essa medida é aplicada na explicação de diferenças de nível das sensações acústicas. (LIMA, 2006)

ouvido interno; e a surdez Transitória, ocasionada quando a pessoa tem gripe e até mesmo quando viaja de avião.

Etimologicamente falando, a surdez também se divide em dois tipos: a adquirida ou pré-lingüística – ocorre antes da construção da linguagem oral pela criança (de zero a dois anos), e a surdez tardia ou pós-lingüística, que acontece depois que a pessoa já possui a linguagem, ou seja, dos dois anos em diante. Mesmo em casos de surdez tardia, quando o sujeito já adquiriu um bom vocabulário, ele pode parar de falar, se não for estimulado a interagir com a linguagem oral. (LIMA, 2006, p.56)

Algumas precauções podem ser tomadas para evitar a surdez. A vacinação contra a rubéola, tratamentos como a imunização contra a meningite meningocócica, o tratamento adequado de otites na criança, entre outros meios. A falta de prevenção pode resultar em alterações no desenvolvimento das vias auditivas do cérebro por falta de estímulo.

Breve histórico dos processos discriminatórios da surdez

Na antiguidade os surdos sofreram perseguições que, em muitas vezes, culminavam na exclusão e na privação dos direitos básicos constitucionais pelo simples fato de não desenvolver a fala, como afirmam os escritores Alberto Castro e Ilza Carvalho.

[...] na antiguidade, diversos povos tiveram atitudes abusivas contra indivíduos surdos. Foram registradas em Esparta, na China, em Gália, em Roma, apenas para citarmos alguns lugares, diversas atrocidades contra os surdos, que envolviam o sacrifício humano a deuses, a execução no mar ou no fogo, e a total desconsideração dos direitos humanos quando não se optava pelo assassinato incondicional. (CASTRO; CARVALHO, 2009, p. 15)

Aristóteles defendia a idéia de que a linguagem era a fonte condicional de humano ao indivíduo, e que a partir desse ‘pré-conceito’, os surdos estariam em desnível, o que os descartava de tratamento melhores. No entanto, mais tarde, os costumes “macabros” foram forçados a ficar de lado, porque os surdos começaram a se agrupar fortalecidamente, contrariando a sociedade em geral que tentou impedir tal agrupamento temendo a formação de guetos.

Foi o século XVI um marco divisório na história da humanidade. Foi a partir dele que o homem passou a superar suas limitações e conquistar o seu espaço na sociedade, após o advento da Revolução Francesa e os seus cinco pilares do liberalismo – individualismo, liberdade, propriedade, democracia e igualdade –, a situação começa a se reverter. Souza (2005, p. 31), explica que com a produção em série, o deficiente passa a ser utilizado nos trabalhos repetitivos, onde, por determinada “imperfeição”, ele tinha mais eficácia que os ditos normais.

Somente a partir do século XVIII se começa a educar os deficientes, procurando torná-los preparados para exercerem algumas atividades, mesmo no isolamento absoluto. Da metade para o final do século XIX é que esses assuntos começam a ser debatidos no Brasil, que tinha muitos surdos órfãos, analfabetos, ou seja, não possuíam instrução alguma, e eram dependentes de alguém para realizar os seus interesses. Desde o período imperial os surdos eram vistos como marginais. Seres incapazes de se comunicar.

A falta de escolarização foi um dos maiores entraves para o crescimento do surdo, como pessoa e profissionalmente. Era um ser solitário na sociedade, não contribuinte para o desenvolvimento social, isolado, ou seja, impedido de realizar as condições básicas de instrução e educação. Souza (2005) revela que a medicina o tratava como imbecil, idiota, entre outros adjetivos pejorativos. Ou seja, esses termos aplicados ao surdo era visto de forma natural, ao ponto que a colaboração desse deficiente na luta pela sobrevivência em grupo fazia dele um empecilho.

Até nos dias atuais, ainda há matricídio de crianças deficientes em várias culturas, inclusive no Brasil, entre várias tribos. E por mais grotesco que possa nos parecer, quando nascem gêmeos, um é sacrificado, independentemente de ter ou não alguma anomalia. Não há uma busca pelas causas. Há apenas um tipo de seleção; os mais fortes sobrevivem. E este é um aspecto que se repercute nas mais diversas situações de sobrevivência também do homem dos nossos tempos. Diferenciando-se apenas na forma em que se apresenta, sempre de acordo com os valores de cada sociedade, de cada pessoa, de cada época. (SOUZA, 2005, p.28)

No quesito trabalho, a autora diz que foi com a chegada do trabalho escravo – que por sua vez era quem trabalhava para sustentar os seus senhores –, que a situação começou a

mudar. Ela escreve que com esse advento “surgem a todo o vapor os corpos teóricos, os paradigmas, modelos que vão atravessar os séculos”. (SOUZA, 2005, p.28)

Lentas mudanças em Educação Especial

Nos anos de 1960, existiam no Brasil, poucas entidades voltadas para o surdo. Essa carência estava direcionada à falta de crédito na possibilidade de escolarização do surdo, o que resultava na exclusão do não-ouvinte do contexto social levando-o a beneficência alheia e de instituições humanitárias. A criação do surdo, na década de 1960 era em ambiente familiar, sem frequentar a escola, pois apesar de inúmeras tentativas, o deficiente auditivo não conseguia adquirir um aprendizado de igual valor ao dos ouvintes. O surdo se comunicava através de gestos.

Em Sergipe, a história dos surdos não foi de longe semelhante a dos surdos no restante do Brasil. De acordo com Souza (2005), não há registros de um trabalho educacional como a chamada Educação Especial, que existe hoje em dia. Mas, afirma que na década de 1920 já era tema de discussão. Foi no século XX que surgiu o que foi chamado de Educação dos Anormais, através de um projeto apresentado na Câmara dos Deputados no ano de 1921, em virtude da Conferência Interestadual do Ensino Primário (SOUZA, 2005, p. 60).

Em virtude do desconhecimento e das crenças populares, a deficiência em Sergipe, apresentou, inicialmente, medo e repugnância, caridade assistencialista para somente depois chegar a perceber alguns vultos de preocupação com a cidadania, dignidade e qualidade de vida do portador de deficiência. “A sociedade sergipana foi intensamente motivada pela igreja a perder estigmas que ela própria tinha, de certa forma, passado aos cristãos sobre os deficientes, procurando despertá-los para a prática da caridade cristã”. (SOUZA, 2005, p.65)

No início dos anos 1960, Sergipe foi contemplado com uma instituição voltada para o deficiente. Essa associação surgiu como resposta ao que a sociedade sergipana ansiava quando não encontrava outra alternativa para o atendimento a sua clientela. Surgia então aos 26 de junho de 1962, o Centro de Reabilitação, como afirma a autora:

Surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneiro na atuação com a Educação Especial no Estado e o terceiro no país. Teve como presidente durante grande parte do seu período de funcionamento Dr. Antonio Garcia Filho. (SOUZA, 2005, p.65)

O próprio Garcia Filho (1966) relata que com uma antecedência de dois anos, as professoras Yeda Garcia de Melo, Maria Gilva de Oliveira e Iracema Moura Santos, foram ao Instituto Nacional de Surdos-Mudos, para fazerem, em regime de internato, um curso especializado. Porém o tratamento de ensino oferecido aos surdos não era em nada inclusivo como explicita o autor. “Não se permite a comunicação pelos sinais dos dedos e mãos, modernamente em desuso, que vicia, não reabilita e exige dos sons o domínio dos mesmos” (GARCIA FILHO, 1966, p.132). Foi o Ninota Garcia que abriu caminho para o surgimento de diversas outras casas de amparo aos deficientes, inclusive para os auditivos.

A implantação da modalidade de Educação Especial só aconteceu em Sergipe no ano de 1973, quando o Estado assumiu a causa, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), esse tipo de ensino. Isso aconteceu no período em que o Estado era governado por José Rollemberg Leite. Inicialmente esse atendimento era feito através do modelo médico. “[...] baseado em fichas de informações sobre a problemática existente, com crianças com índices de reprovação e problemas de aprendizagem”. (SOUZA, 2005, p.76). No ano de 1977, já existiam em Sergipe classes especiais nas escolas do ensino regular estadual, tanto na capital como no interior.

Souza (2005) afirma que a história da Educação Especial em Sergipe é, em síntese, a história das suas instituições. Ela diz ainda que o surgimento de várias instituições foi sempre em resposta ao descaso do poder público àqueles que pelos mais variados motivos dependem da ajuda ou de acompanhamento especializado. “Além das instituições existentes, muitas foram criadas e não conseguiram sobreviver, muitas estão nos propósitos de familiares e profissionais e não se concretizam por falta de recursos e apoio dos órgãos públicos. (SOUZA, 2005, p.116)

Ipaese: Dedicção à ao surdo

Dentre as instituições que o Estado ganhou estava o Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe (Ipaese) que surgiu a partir de discussões entre pais, que não se contentando por seus filhos surdos estarem fora do processo de aprendizagem nas escolas regulares, se reuniram em meados de 2000 a fim de debater sobre as dificuldades existentes. Foram vários encontros cujo objetivo era encontrar meios de inserir o surdo numa educação que fosse condizente ao seu repertório de vida. O grupo chegou a conclusão de que se fazia necessário a criação de uma associação de caráter educacional que servisse de apoio, um lugar onde os deficientes auditivos pudessem se reunir para complementar a educação regular, não com um ensino comum, mas em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O Ipaese foi fundado aos 21 de dezembro de 2000. De caráter filantrópico, o instituto foi reconhecido de Utilidade Pública Municipal (Lei nº 3.125 de 15/10/03), Estadual (Lei nº 4.796 de 05/05/03) e Federal (Portaria nº 1.381 de 07/08/07). Atualmente a instituição tem 105 alunos distribuídos nos três turnos levando Sergipe à 5ª posição na oferta dessa modalidade de ensino.

A importância da Libras no processo de desenvolvimento do cidadão surdo

Entre as características de um povo estão a língua e a linguagem, e cada tribo, raça, nação, cria seu próprio idioma. Esses mecanismos da comunicação evoluem historicamente de acordo com os povos que os utilizam. No Brasil, os surdos se comunicam através da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Para melhor discernimento de língua e linguagem Quadros e Karnopp (2004, p.24) explicam que o vocábulo linguagem é mais abrangente do que o vocábulo língua, não só porque é aplicado aos sistemas de comunicação, sejam naturais ou artificiais humanos ou não. Já Saussure (1995, p.17), diz que língua é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. Ainda de acordo com o autor, língua é ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.

Frequentemente, as pessoas utilizam o termo linguagem numa gama de sentidos: musical, corporal, entre outras possibilidades. Porém, o assunto aqui tratado está direcionado ao tema lingüístico que é determinado geneticamente para desenvolver-se nos seres humanos.

Estes podem utilizar uma língua de acordo com a modalidade de percepção e produto da modalidade oral-auditiva (português, francês, Inglês, espanhol, etc.) ou modalidade visuoespacial (língua de sinais brasileira, americana, francesa, etc.)

Os surdos desenvolvem a língua de sinais de acordo com a cultura em que vivem. Eles adotam essa língua como a primeira, o que não quer dizer que ela seja a única. Outro fator interessante é que, assim como os ouvintes, as pessoas surdas podem ser bilíngües. Os surdos, em especial aqueles que têm surdez congênita, podem e devem aprender a língua de sinais como primeira língua e o idioma oficial do seu país como a segunda.

Considerada a língua mãe dos surdo, a Libras tem em sua força e em suas características um forte potencial que a transforma num poderoso instrumento lingüístico dando ao surdo brasileiro o benefício do amplo conhecimento humano com a aquisição de uma segunda língua, independente de ser oral ou escrita. De acordo com Quadros (2002, p.19), “a língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos das expressões faciais e do corpo”.

A Língua Brasileira de Sinais só foi legalmente reconhecida em 24 de abril de 2002 através da Lei nº 10.436, que determinou a garantia de formas institucionalizadas o apoio do uso e da propagação da Libras como meio de comunicação direta e de utilização continua entre os surdos do Brasil. Além disso, a Lei estipulou a garantia de atendimento e tratamento, através das instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos e assistência a saúde, aos deficientes auditivos. Determinou, também, a garantia da inclusão do ensino em Libras nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, através do sistema educacional (KOYASHIKI, 2006).

De acordo com Costa (1998), a aprendizagem da escrita para os surdos apresenta todas as dificuldades e mais algumas que as crianças ouvintes enfrentam. A autora explica ainda que as primeiras produções do aluno surdo são em geral curtas como omissões de artigos, preposições e conjunções. Frequentemente, os verbos são escritos no infinitivo; e não existe, na maioria das escritas desse tipo, marcação de plural, tempo, modo ou pessoa.

Mesmo quando a pessoa surda é oralizada, a dificuldade permanece, porque o seu português falado não corresponde ao português falado pelo ouvinte; é

necessário considerar, ainda, que existe uma grande distancia entre a linguagem oral e a linguagem escrita para ambos. (LIMA, 2006, p.68)

Portanto, entende-se que, dominar o português escrito é uma tarefa extremamente difícil para o deficiente auditivo.

Isso ocorre porque a escrita é um desdobramento da linguagem interior, ou fala interna. A linguagem que o surdo internaliza é a linguagem de sinais, bastante diferente do português falado e escrito. Sem a linguagem de sinais, por outro lado, ele tem maiores dificuldades para construir a linguagem interior, as representações mentais e, conseqüentemente, a escrita. (LIMA, 2006, p.69)

Com isso, chega-se ao consenso de que a Libras é um idioma gestual-visual cujo principal foco está na memória fotográfica, na construção de imagens no cérebro e no relacionamento entre si desses elementos visuais.

O Direito de Informação de Todos os Cidadãos

Nos cursos de comunicação social sempre se questiona qual o papel do jornalismo e para quem as notícias são direcionadas. No entanto, existem controvérsias quando observamos que, por trás das emissoras estão os seus donos que geralmente são ligados à política, ou até mesmo à igreja. Isso é fato em todo o Brasil e influencia no desempenho do jornalista.

Bahia (1990, p.10) define que Jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, idéias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação. Ainda de acordo com o autor, é da natureza do jornalismo levar a comunidade, direta ou indiretamente, a participar da vida social. Nesse sentido assume uma condição de intermediário da sociedade.

Um veículo de comunicação precisa ter a visão da sociedade, saber ser a sua voz e o seu ouvido, os seus olhos e a sua mente. Porque não é legitimado pelo voto como outras instituições, o jornalismo aspira a ser o porta-voz da cidadania, forjando uma delegação de confiança que embora frágil não é abstrata e se renova automaticamente toda vez que os cidadãos acentuam a sua preferência. (BAHIA, 1990, p.18)

O impacto do jornalismo em determinada sociedade é o resultado da influência do meio social naquele alvo. Hudec (1981) afirma que existem três níveis que são de grande importância para o repórter. Obedecendo esses três níveis o jornalista obterá êxito: entender as necessidades sociais que o jornalismo precisa estimular; o que cada profissional defende e como faz; e as diferentes massas de público que exigem do jornalismo de acordo com as suas necessidades.

Dentre os canais da televisão brasileira que se preocupa com a inclusão das classes ditas ‘excluídas’ é a TV Brasil. De acordo com o site da EBC, os índios, os portadores de necessidades especiais, os negros e outras minorias estão entre as preocupações da programação. Para os portadores de limitações sensoriais, a TV oferece programas com legenda oculta e Libras em número de horas superior ao exigido pelo Ministério das Comunicações (EBC, 200_?)

Entre tantos outros programas que compõem a grade da TV Brasil está o Jornal Visual, primeiro telejornal diário que foi criado com o objetivo de informar à comunidade de deficientes auditivos.

Outro telejornal que foi estudado para a composição deste artigo foi o Jornal Nacional que foi ao ar no às 19h45 do dia 1º de setembro de 1969. Considerado um marco na televisão brasileira, foi o primeiro telejornal transmitido, ao vivo, para todo o Brasil via satélite, imitando assim os americanos.

Atualmente, a Rede Globo, detentora do Jornal Nacional possui mais de 120 emissoras espalhadas pelo Brasil, o que possibilita ao cidadão maior conhecimento dos fatos que acontecem no seu estado. Para isso, a Rede Globo destina alguns horários da sua programação diária para as produções de cada estado/município onde exista uma emissora.

As vantagens são muitas, para o público, para as emissoras e para a Rede Globo propriamente dita. O telespectador pode acompanhar de perto, pelo jornalismo comunitário, os problemas que afetam sua cidade e seu estado. A chamada “grade de programação” da Rede reserva faixas de horário para as produções locais. Ao mesmo tempo, esse mesmo cidadão, ao acompanhar um telejornal da Rede, como o JN, terá informações de cada canto do Brasil trazidas por sua gente, suas carências e suas riquezas. (BONNER, 2009, p.33)

Os recursos e a linguagem usados no jornalismo de televisão vivem em mudanças frequentes. De acordo com Maciel (1995) é natural que a linguagem usada nos telejornais sofra mudanças que se aperfeiçoe aos poucos, que vá tornando mais enxuta e mais clara para o telespectador com o passar dos anos, e que os profissionais envolvidos com o telejornalismo ampliem seus conhecimentos sobre o veículo e sobre o público a que se dirigem.

Para a escritora Eliana Franco (200_?), a linguagem utilizada na mídia é a oral e a inserção de mecanismos facilitadores nos aparelhos de TV dá àqueles que não ouvem uma direção, ou seja, uma maneira mais fácil de interagir no meio social. A autora enfatiza também que as maneiras mais condizentes de levar informação através da TV, aos surdos são com o uso do *closed caption* – legenda oculta acionada através de um controle remoto –, e das imagens com o/a intérprete em Língua Portuguesa/Libras em um dos cantos inferiores da tela. São poucos os programas de TV brasileira que utilizam esses recursos, os evangélicos usam com maior frequência. O advento do profissional intérprete da Libras se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. “O profissional intérprete é aquele que interpreta a mensagem de forma ‘precisa e apropriada’ de uma língua para permitir que a comunicação aconteça entre pessoas que não usam a mesma língua, isto é, o profissional intérprete intermedia a interação com a comunicação”. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p.75)

A relação dos surdos sergipanos com o telejornal

Falar sobre a relação dos surdos com o telejornal a partir das ferramentas, perspectivas e significações, principalmente em Sergipe, não é tarefa fácil. São poucos os escritos sobre a vida dos deficientes no Estado, mas os poucos que foram encontrados para a composição deste artigo possibilitaram conhecer um pouco mais do universo dessas pessoas.

Numa pesquisa feita com alunos do Ipaese, com o objetivo de saber, entre o *closed caption* e o intérprete da Libras, qual a melhor ferramenta para o entendimento do surdo, utilizando como referências o Telejornal Visual (TV Brasil) e o Telejornal Nacional (Rede Globo), foi percebido que 80% dos alunos assistem telejornal, no entanto, ao serem

questionados sobre com que frequência, os alunos começaram a divergir nas respostas. Somente 8% disseram que assiste ao noticiário diariamente, já 84% às vezes. Quando questionado o porquê da frequência que assistem telejornais, 36% afirmaram gostar de ver ao telejornal, mas o trabalho ou o estudo a noite dificulta o acompanhamento diário do telejornal.

Outro dado interessante da pesquisa mostra que 52% dos pesquisados preferem internet à veículos como jornal impresso e revista. A televisão ficou como segunda opção com 36% na preferência. Também, 52% dos entrevistados responderam que a internet vai além dos outros meios de comunicação, ela é mais completa.

Sobre os recursos utilizados nos telejornais (*closed caption* e intérprete), os alunos afirmaram (32%), que preferem o intérprete. No entanto, 48% dos questionados disseram que preferiam o intérprete, porque com esse mecanismo teriam como captar a informação de maneira mais coerente.

Não se pode negar que a tecnologia tem vivido em constante transição e a televisão por sua vez tem feito sua parte inserindo meios que aproxima o cidadão em geral, ao aparelho televisivo. Ao serem questionados sobre a existência do *closed caption* (legenda oculta) no televisor os alunos foram unânimes em responder que possuíam o recurso nos seus aparelhos. Quanto ao grau de entendimento, entre os recursos apresentados, 64% respondeu que possui um bom entendimento em ambos e quando não entendem o que está sendo veiculado, perguntam a alguém.

Considerações Finais

O acesso a informação é um fator de grande relevância para o acontecimento da inclusão do ser humano. Vetar essas informações ao cidadão e não fornecer mecanismos que possibilitem sua liberdade de expressão implica na inclusão do surdo no contexto social. A sociedade por sua vez, deve desempenhar e desenvolver práticas para que os surdos desempenhem esse direito, e para que isso aconteça é necessário o acesso às informações.

A evolução da tecnologia e ciência, o desenvolvimento ocorrido, sobre tudo, desde segunda metade do século XX, permitiu inovações e fez desafios à sociedade em geral. O resultado disso foi o aumento da expectativa de vida e um grande aumento da produção de bens. E é nesse contexto que surgem as reclamações de grupos organizados da sociedade: os

analfabetos, os índios, os negros, menores trabalhadores, as pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, aquelas pessoas que formam a classe das minorias. Essas pessoas reivindicam uma participação social plena, ligada à condição de cidadania.

Através da pesquisa feita com alunos do Ipaese foi possível conhecer a dimensão da problemática que os deficientes auditivos possuem com relação à televisão em geral. No entanto, o que pode se perceber é que o advento da legenda oculta foi um grande ganho para os surdos, pois se tornou um meio para que o deficiente auditivo possa ter acesso às notícias e às informações, podendo então crescer como cidadão.

Por outro lado, a pesquisa mostra que a inserção do intérprete da Libras pode dar maior entendimento ao surdo, já que o deficiente auditivo tem o domínio da língua de sinais, e o profissional intérprete traria mais certeza e melhoraria a captação das informações. Com isso, conclui que o sistema televisivo brasileiro ainda tem muito que fazer em prol dos surdos, quando se trata de inclusão, seja através do uso melhorado do *closed caption*, ou da inserção do profissional intérprete da Libras.

REFERÊNCIAS:

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: as técnicas do Jornalismo**. 4ª ed., - São Paulo: Ed. Ática, 1990.

BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**. São Paulo: Globo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Especial. MEC/SEF, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares. Estratégias para Educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília, 1999.

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por língua brasileira de sinais**. Brasília: SENAC, 2009.

COSTA, Dóris A. F. **A construção da escrita por indivíduos surdos; um percurso a ser desvendado**. In: I SEMINÁRIO SOBRE LINGUAGEM, LEITURA E ESCRITA DE SURDOS. Belo Horizonte: FAE/UFMG, p. 193-211.

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação. **TV Pública.** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tv-publica/rede>>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989). **Miniaurélio Século XXI:** o minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; Lexicografia, Margarida dos Anjos... [et al.] 5ª ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANCO, Eliana P. C. **Inclusão Social:** Legenda e áudio-descrição na televisão garantem acessibilidade a deficientes. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v5&n1/a08v58n1.pdf>>.

GARCIA FILHO, Antonio. **A reabilitação em Sergipe.** Aracaju: Aracaju, 1966. 204p.

HUDEC, Vladimir. **O que é Jornalismo?.** 2ª ed. coleção “Nosso Mundo”. Editorial Caminho. (Lisboa 1980), 1981, ano de impressão no Brasil.

KOYASHIKI, Rose. **Brasil intensifica inserção da Língua Brasileira de Sinais na sociedade.** Disponível em: www.jornada.uem.br/cms/infex.php?option=com_content&tasc=view&id=260&Itemid=2.

LIMA, Priscila Augusta; VIEIRA, Therezinha. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006. 176p.

MACIEL, Pedro. **Jornalismo de Televisão.** Porto Alegre: Sagra-DCLuzzato, 1995.

MELHORAMENTOS MINIDICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

QUADROS, Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira:** estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224p.

QUADROS, R. M. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos:** inclusão x exclusão. Florianópolis, 2003. (Artigo).

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe:** uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas. – Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005. 188p.